

formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: campinas, são paulo, 1795-1850

Dora Isabel Paiva da Costa

Departamento de Economia da UNESP, Araraquara

RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar que as famílias proprietárias de Campinas, província de São Paulo, desenvolveram estratégias diferenciadas, no sentido de romperem com o constrangimento legal que a legislação de heranças impunha. O ciclo de desenvolvimento da família, o ciclo de vida de seus membros, o enriquecimento e a fronteira aberta a Oeste foram os principais elementos que as famílias proprietárias usaram, no sentido de transferir parte de sua fortuna às gerações mais novas. As fontes usadas foram os inventários *post-mortem*, as listas de população, as genealogias e os registros de terras. A metodologia combina procedimentos quantitativos e histórias de vida.

Palavras-chave: Transmissão de herança, formação de famílias, estratégias de transmissão de bens, burguesia agrária regional, estrutura social.

ABSTRACT

The aim of this paper is to give evidences that families have developed different strategies breaking legal constraints about inheritance. The development cycle of the families, the life cycle of its members, the enrichment, and the open frontier were the principais elements that families operated in order to have anticipated the increasing transferences of the part of their wealth. Campinas, province of São Paulo, is the geographical context studied from 1795 till 1850, during the growth of the plantations units. The sources are *post-mortem* inventories, estates records, genealogies and census (maços de população). The methodologies used are agregated data and life history.

Key words: Inheritance transmission, family formation, strategies of inheritance transmission, agrarian burgeoise, social structure.

Os estudiosos de herança no Brasil apontaram os dotes, as meações, as terças e as legítimas como os mecanismos que possibilitaram a transmissão de bens e a formação de grupos sociais em relação às famílias proprietárias no período colonial e imperial. Jack GOODY

¹ Este artigo foi submetido — e por ele aceito — ao XIII International Economic History Congress, sessão 14, "Socio-economic role of heiress in family transmission patterns" (XVIth - XIXth centuries). Buenos Aires: EHA, 2002.

(1976:14-15) afirmou certa vez que "Não é fácil definir sistemas de herança, porque este pode referir-se às leis, aos costumes ou às práticas sociais concretas, e os três não estão necessariamente em correspondência".

Pesquisadores que investigaram o tema no Brasil chegaram a conclusões diversas. Alida METCALF (1986), estudando a elite paulista colonial, demonstrou que, no Brasil, em Santana do Parnaíba, as filhas da elite eram favorecidas, através dos genros, apontando, assim, uma tendência matrilinear de sucessão. Maria Luíza MARCÍLIO (1986: 80), estudando os caiçaras em Ubatuba, no século XVIII, identificou formas heterogêneas de herança, nas quais a transmissão se dava em via dupla, de forma patrilinear e matrilinear. Muriel NAZZARI (1991) demonstrou o declínio da participação dos dotes no sistema de herança ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, assim como mudanças nas funções da família. Carlos BACELLAR (1997: 151), pesquisando os senhores de engenho do Oeste paulista, aponta que, do ponto de vista da legislação, a partilha era igualitária, mas havia algum mecanismo atuando em oposição aos ideais da legislação. Sheila FARIA (1998,1994) e Elizabeth KUZNESOF (1988-9) interpretaram a transmissão de herança como um reflexo do arcabouço jurídico, que ordenava a sociedade colonial e imperial, delineando assim um sistema igualitário.

O objetivo deste artigo é analisar como as famílias proprietárias reagiram às transformações da estrutura econômica e social, em relação ao problema da transmissão de bens, na fase de constituição de uma sociedade agroexportadora em Campinas, São Paulo, no final do século XVIII e começo do XIX.

Mostraremos aspectos não apontados pelos estudos anteriores, como, por exemplo, que o enriquecimento possibilitou o aumento proporcional das transferências de riqueza entre as gerações, através de um mecanismo denominado de antecipações, que se sustentava em práticas sociais que não foram estudadas em profundidade. Ao mesmo tempo, demonstraremos como o enriquecimento, associado ao ciclo de desenvolvimento da família, ao ciclo de vida dos indivíduos e à presença da fronteira aberta a oeste, possibilitou um papel fundamental no sentido de romper com a camisa de força que a legislação impunha, flexibilizando o acesso antecipado à herança, ao contrário daquelas interpretações baseadas na letra da lei (KUZNESOF 1988-9; FARIA 1994,1998).

As famílias serão examinadas a partir de níveis de fortunas, posse

de escravos, situação patrimonial entre gerações, frequência de atitudes diferenciadas intergeracionais e composição dos bens recebidos nas antecipações dos filhos varões e genros, à luz do problema da transmissão de bens. Para tanto, dividimos este artigo em quatro seções. Na primeira, descrevemos o que era e o que significava Campinas em relação à província, no final do século XVIII e início do XIX. Na segunda, exploramos as potencialidades da documentação compulsada, onde desenvolvemos uma apreciação dos perfis desta documentação, dos métodos sistemáticos de coleta e da representatividade das fontes. Na terceira, demonstraremos que o processo de enriquecimento e de transmissão de bens eram partes constitutivas de um mesmo processo de complexificação e diferenciação social que o incremento e a dinâmica da agricultura mercantil proporcionaram em relação à formação de famílias detentoras de fortunas. Mais: estas famílias desenvolveram estratégias diferenciadas de transmissão dos bens às gerações mais novas, em relação ao sexo e ao estado marital. Na última seção, descreveremos como o desenvolvimento do ciclo familiar, associado ao ciclo de vida dos indivíduos-membros dos grupos familiares possibilitou a transferência antecipada da riqueza entre as gerações.

Metodologia e representatividade da documentação

Lançamos mão de uma amostragem temporal de inventários, cuja coleta se deu através de um levantamento quinquenal, de todos os processos referentes ao último ano dos lustros 1795, 1800, 1805, 1810, 1815, 1820, 1825, 1830, 1835, 1840, 1845 e 1850, totalizando uma amostra de 79 inventários, para o período de 55 anos (1795-50). Os inventários transcritos estão no arquivo do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas e se referem aos cartórios do 1º e do 2º Ofícios da Comarca de Campinas.

O trabalho de coleta de dados em documentos seriados, às vezes, apresenta algumas dificuldades para o pesquisador, uma vez que os instrumentos arquivísticos de pesquisa amiúde evidenciam algumas discrepâncias². Tentando solucionar a bom termo estas dificuldades

² É o caso dos inventários de Margarida Correa Alvarenga, processo nº 392, caixa 13, e Manuel Pereira Tangerino, processo 393, caixa 13, ambos do ano de 1815. É o caso, por exemplo, de dois processos que ficaram de fora; eram duas capas de inventários sem sua respectiva continuidade; no entanto, na listagem arquivística, aparecem

atinentes não só ao âmbito arquivístico *tout court*, mas também ao historiográfico, coletamos o maior número possível e buscamos checar, através de certos controles estatísticos e histórico-comparativos, a representatividade do conjunto da fonte e as limitações de sua utilização. Com este objetivo, elaboramos a tabela que segue.

Tabela 1. Frequência de inventários *post-mortem*, quantidade da população, de famílias e de óbitos

Anos coletados	Inventários coletados	Inventários existentes	% de inv. coletados	Quant. de famílias	(%) A/C	Pop. livre (D)	Óbitos (E)	(%) (E/D)	(%) (A/E)
	(A)	(B)	(A/B)	(C)					
1795	1	1	100	368	0,3	1.756	25	1,4	4,0
1800	2	2	100	387	0,5	1.756	25	1,4	8,0
1805	3	3	100	502	0,6	2.964	29	1,0	10,3
1810	1	1	100	609	0,2	3.420	42	1,2	2,4
1815	7	9	77,7	720	0,9	3.546	49	1,4	14,3
1820	5	5	100	722	0,7	3.644	73	2,0	6,8
1825	16	16	100	831	1,9	3.914	71	1,8	22,5
1830	5	5	100	939	0,5	4.220	-	-	-
1835	2	2	100	-	-	-	-	-	-
1840	3	3	100	-	-	-	-	-	-
1845	16	16	100	-	-	-	-	-	-
1850	18	18	100	-	-	-	-	-	-
Totais	79	81		-	-	-	-	-	-
Médias			97,5		0,74			1,46	9,7

Legenda: - hífen significa que não há dados disponíveis.

Fontes: Inventários *post-mortem*, mapas de mortes das Listas de Habitantes de Campinas.

Metodologia: Para calcular a população livre, subtraímos a população total (escrava e livre) da população escrava. Quando não havia indicação da população para o ano focalizado, somamos a quantidade indicada no ano anterior mais a quantidade do ano posterior e dividimos por dois. Com isto, conseguimos uma média simples do provável crescimento populacional. É óbvio que se trata de uma estimativa aproximada. Reproduzimos a quantidade de mortes dos anos 1819 e 1824 para os anos 1820 e 1825, por inexistirem mapas de mortes para estes últimos anos. Os anos de 1800 e 1824 apresentam a quantidade de falecimentos sem discriminar a idade. Para padronizar o critério aplicado para os outros anos, decidimos calcular a taxa de população adulta e velha para os anos que apresentaram discriminação etária e aplicamos a média dos índices para os anos em foco. Reproduzimos para o ano de 1795 e 1800 o mesmo número de óbitos e de população livre do ano 1800.

como processos reais e concretos. Outras vezes, o ano listado no instrumento de arquivo não correspondia à indicação, outras vezes, ainda, o documento aparece listado como inventário, sendo, de fato, apenas uma parte constitutiva de um processo de inventário, ou o nome do inventariante aparece arrolado como inventariado. Conseqüentemente, a quantidade total desta documentação está um pouco superestimada nos instrumentos arquivísticos de pesquisa.

A tabela 1 resume a frequência dos inventários *post-mortem* coletados. A coluna A identifica a quantidade total de inventários levantada através da amostragem temporal; a coluna B expressa a quantidade total de inventários existentes para a comarca de Campinas no ano referido³.

A coluna A/B representa o número percentual que traduz a representatividade dos inventários levantados em relação ao conjunto total de inventários existentes. A quantidade de famílias ou domicílios está na coluna C⁴. A quantidade proporcional de inventários deixados por família no ano referido está na coluna A/C. A quantidade da população livre está na D. A quantidade de óbitos de pessoas adultas está na E⁵. A coluna E/D representa a taxa de óbitos da população adulta e velha no conjunto da população livre. Por fim, A/E representa a proporção de pessoas adultas e velhas falecidas, que tiveram a possibilidade de deixar alguma riqueza para ser inventariada.

A tabela acima sintetiza alguns procedimentos metodológicos deste artigo. Os 79 inventários levantados ao longo dos 55 anos foram coletados a partir de um intervalo de tempo de 5 anos, que nos possibilitará atingir um dos objetivos fundamentais, que é discutir a problemática das mudanças sociais e da formação das famílias que deixaram espólios, num contexto de transformação de unidades produtoras de alimentos em direção à agroexportação.

A inexistência, no Brasil, dos contratos de casamentos, presentes nas sociedades européias do *Ancien Régime*, impõe ao historiador a necessidade de utilizar os inventários para se obter uma visão global da sociedade, pelo menos dos que possuíam alguma fortuna, pequena que fosse.

³ Como já nos referimos anteriormente, muitas vezes o que aparece como inventário nos instrumentos arquivísticos de pesquisa do Centro de Memória não se trata exatamente de um inventário e, sim, de prestação de contas, ou listagem de dívidas passivas, que deveriam juntar-se ao processo de inventário que estava em curso à época.

⁴ Este índice se refere às unidades domésticas de pessoas livres.

⁵ O escrutínio dos óbitos das pessoas adultas e velhas correspondeu à faixa etária a partir de 30 anos, pois não seria pertinente contabilizar crianças e adolescentes, para fins de cruzamento de inventários, com os mapas de óbitos, com a finalidade de identificar a proporção da representatividade documental. Optamos por esta idade, porque o estudo de BACELLAR (1991:21) aponta a idade média, ao casar, dos homens, em 27,7, e das mulheres, 19,0 anos; como também os estudos de SCOTT (1987) e BASSANEZI (1994).

O levantamento feito em Paris por Adeline DAUMARD (1985: 61-2) atingiu cifras quantitativas cujas proporções variavam bastante de ano para ano, quando se estabeleceu o cruzamento entre inventários e óbitos da população, para fins de controle estatístico. Alcançamos uma média geral em torno de 9,7% — veja tabela 2, que segue, para efeito comparativo. Kátia MATTOSO (1991: 605), examinando a sociedade baiana do século XIX, atingiu a cifra de 5,3%.

DAUMARD chama a atenção do leitor leigo para o fato de que as repetições e as liquidações de heranças fariam majorar os índices e, no que diz respeito ao levantamento de óbitos, não foi possível eliminar as crianças do cômputo geral, para o estudo sobre Paris. Tal problema, resultante da natureza da fonte, certamente fez crescer a relação quantidade de óbitos/quantidade de inventários, uma vez que os menores não puderam ser expurgados da amostra total de mortos, na pesquisa francesa.

Tabela 2. Tabela comparativa para controle da metodologia

Paris		Bahia		Campinas	
Anos	%	Anos	%	Anos	%
1671	5,8	1855	5,5	1795	4,0
1715	7,9	1881	5,2	1800	8,0
1730	10,1	-	-	1805	10,3
1750	11,6	-	-	1810	2,4
1787	14,0	-	-	1815	14,3
Ano VIII	8,9	-	-	1820	6,8
				1825	22,5
Média geral	9,7		5,3		9,7

Legenda: - hífen significa que não há dados disponíveis.

Fontes: DAUMARD (1985:61-2); MATTOSO (1991:605); COSTA (1997a: 93).

Este problema francês pode ser resolvido na nossa pesquisa. Afortunadamente, os mapas de óbitos que aparecem no final de algumas listas de habitantes de Campinas foram formulados por classes de idades. Apenas nos anos de 1800 e 1824 apareceram somas agregadas das mortes, indiferenciando crianças de adultos e de velhos. A solução encontrada então foi, para não superestimar o índice óbitos/inventários, aplicarmos a taxa de mortalidade, referente à população de adultos e velhos (E/D), para os anos que não apresentaram classes de idades. Desta maneira, resolvemos satisfatoriamente o problema francês!

A quantificação proporcional da coleta dos espólios desta pesquisa atingiu a cifra média de 9,7%, semelhante à do estudo da Prof.^a Dau-mard, em que pese o fato de que ela não conseguiu expurgar as crianças. Contudo, a flutuação das proporções apresentou uma larga amplitude, variando de 2,4 a 22 inventariados para cada 100 pessoas que faleciam. Esta variação também esteve presente no estudo francês e, no nosso caso, pode ser resultado de sub-registros presentes nos mapas de óbitos, fato muito comum à época, em relação à regularidade de informações obtidas pelos párocos locais.

Campinas nos séculos XVIII e XIX

Em 1797, Campinas foi elevada à condição de vila, tendo a lavoura canavieira se expandido muito na última década do século XVIII (PETRONE, 1968: 45).

Entre 1798 e 1829, o número de famílias livres existentes aumentou de 368 para 815. Observa-se uma leve evolução da diversificação da estrutura ocupacional, como atesta a tabela 3, mais a frente. Campinas, ao longo do século XVIII, foi caminho para a região que então se chamava de "as minas dos Goyazes", atual Estado de Goiás, onde se praticava a mineração. Neste século, começou a aparecer, na documentação administrativa, como um bairro rural, voltado para uma economia de subsistência, no qual se criavam gado bovino e suíno em pequenos e médios plantéis, como também se cultivavam lavouras de mandioca, milho, feijão e arroz para a alimentação da população local e poucas unidades plantavam cana-de-açúcar.

Nesta época, começou uma política de reorganização colonial do Marquês de Pombal. Vários autores, que trataram da economia da capitania de São Paulo neste período, argumentaram a respeito da decadência desta região (MAGALHÃES, 1935:172; PRADO JR., 1963: 62; SIMONSEN, 1969: 231). Contudo, Maria Luíza MARCILIO (2001:189-193) demonstrou com grande riqueza de dados demográficos que esta região cresceu muito, do ponto de vista do povoamento e da ocupação espacial. Vejamos o que diz a autora:

"Mas o crescimento demográfico foi, a partir de 1765, constantemente elevado. Mais acentuado ainda foi o crescimento verificado nos primeiros cinquenta anos do século XVIII, quando, grosso modo, pude verificar um aumento de 427% entre as estimativas demográficas existentes para 1690 e os resultados do censo de 1777."

Tabela 3. Evolução da distribuição da quantidade total, percentual e do número médio de escravos por domicílios e grupos ocupacionais, em Campinas, nos anos de 1798 e 1829

Grupos ocupacionais	1798 (N)	Quantidade de escravos	%	N. médio de escravos	1829 (N)	Quantidade de escravos	%	N. médio de escravos
PRIMÁRIO	(323)				(464)			
Senhores de engenho	33	497	63	15,1	91	3.589	78,6	39,4
“vive de sua lavoura”	235	97	12	0,4	332	321	7,0	0,9
“planta cana de partido”	17	104	13	6,1	7	110	2,4	15,7
“criador de porcos”	37	34	0,4	0,9	1	2		2,0
“lavrador de madeiras”					6	2		0,3
“vive de jornais de seus escravos”					11	64		5,8
“lavrador de fumo”	1							
“jornaleiro”					16			
SECUNDÁRIO	(18)				(118)			
Costureiras	1				58	8		0,1
Carpinteiros	7	1			17	11		0,6
Sapateiros	1				15	2		0,1
Alfaiates	1				10	2		0,2
Ferreiros	1				8	1		0,1
Mestre taipeiro	0				3			
Tecelã(o)(s)	2				2	1		0,5
Fiandeira(o)(s)	3				2	2		1,0
Oleiros	2				2			
Ourives					1	7		7,0
TERCIÁRIO	(27)				(233)			
Tropeiros	14	10	12	0,7	34	202	4,4	5,9
Negociantes	1				45	102	2,2	2,3
“vive de seu negócio”	2				16	18		1,1
Venda	5	1			17	8		0,5
“vive de suas agências”	1				6	26		0,4
Miliciano					13			
Arrieiros					2			
Caixeiras					4			
Cangalheiro					1			
Camaradas de tropa					20			
Padre	1	2						
Tabelião	1							
Administrador	1	24			3			
Feitor	1	16			2			
Cirurgião					5			
Advogado					1			
Boticário					1			
“vive de esmolas”					11			
“nada consta”, indefinida		6			50	90	0,02	1,8
Totais	368	792			815	4568		

Fontes: Listas de Habitantes de Campinas, 1798 e 1829.

Metodologia: N é o número de domicílios rurais. Quantidade de escravos representa a soma total de cativos por ocupação. (%) representa a proporção de cativos por grupo ocupacional. O número médio se refere à média aritmética por domicílio rural em relação à ocupação. Os números entre parênteses referem-se aos subtotais por setor econômico.

Com o governo de Morgado de Mateus (1765-1775) esta região teve um crescimento significativo, pois, com o aumento da demanda do açúcar na Europa e a desorganização da produção açucareira nas colônias francesas, se criaram as condições para o incremento das exportações de açúcar do Brasil, bem como a incorporação de regiões marginais como a do Oeste paulista, que passou a ser mais tarde denominada de "quadrilátero do açúcar", compreendendo Mogi-Guaçu, Jundiá, Sorocaba e Piracicaba (PETRONE, 1968: 45).

Com a conclusão do caminho que ligava a cidade de São Paulo à região litorânea de Santos, em 1792, o problema do transporte da produção do oeste para a comercialização internacional ficou resolvido. E, em 1817, 458 engenhos de açúcar e aguardente localizavam-se em São Paulo, dos quais 100 estavam em Itu, e 60, em Campinas, cuja produção era de 100 mil arrobas de açúcar e 15 de aguardente (SEMEGHINI, 1991: 15-20).

Em 1829, a população total da província era de 281.175 habitantes, enquanto Campinas possuía cerca de 4.220 habitantes livres e 4.773 cativos. Em 1854, possuía 6.052 livres e 8.190 escravos (BASSANEZZI, 1998).

Em 1861, o abastecimento urbano justificou a construção do primeiro mercado municipal para a comercialização e o abastecimento de víveres. As mercadorias tinham procedência regional. O fumo vinha de Descalvado e Goiás, o pano de algodão, de Itu e Minas.

Nos anos 80 do século XIX, as lojas vendiam de tudo: tecidos, ferragens, chapéus, louça, máquinas de costura, papelaria, bronzes, lustres, sementes e hortaliças. Os chamados armazéns também não se especializavam em nenhum gênero de mercadorias, vendendo desde "gêneros da terra", panos de algodão, açúcar, ferragens, fumo, bebidas até móveis (AMARAL LAPA, 1996: 275-294).

Um estudo clássico sobre a economia de São Paulo reconhece quatro períodos distintos em relação ao complexo cafeeiro: o primeiro, da exploração escravista, onde a unidade típica seria o latifúndio, produzindo em larga escala com margens reduzidas de lucro e técnicas muito atrasadas. No segundo, entre 1850 e 1875, a escravidão já começaria a conviver com o trabalho livre (em parcerias) e as técnicas de cultivo e beneficiamento haviam melhorado. No terceiro, de 1875 a 1886, haveria o predomínio da mão-de-obra livre (colonato), o desenvolvimento das ferrovias e a disseminação de máquinas de beneficiamento. O último, a partir de 1886, seria a fase do complexo cafeeiro capitalista (CANO, 1983: 17-86). Campinas viveu o auge da produção cafeeira a partir da segunda metade do século XIX.

Nosso estudo aborda o primeiro período acima mencionado, anterior a 1850, onde "a unidade típica de produção foi o latifúndio, produzindo com técnicas rudimentares", e a lavcoura do café começava a se insinuar entre os plantios da região. Na época, o Vale do Paraíba era o maior produtor de café e a mais rica região da província.

Estratégias de herança no processo de complexificação e diferenciação da estrutura social

Nesta seção, é nosso objetivo estudar o comportamento econômico das famílias livres que tinham riqueza suficiente para deixar inventários para seus sucessores. Fazem parte deste segmento não só os senhores de engenho, mas também alguns lavradores de cana. Mostraremos como estas famílias realizaram estratégias de transmissão de poder e riqueza em direção às gerações mais novas. Para tanto, classificaremos os inventários a partir de grupos de fortunas e tamanho de plantéis. O objetivo deste procedimento de pesquisa é avaliar se houve crescimento dos patrimônios bruto e líquido, das legítimas, bem como da frequência da ocorrência de atitudes diferenciadas de transmissão de bens em relação às gerações mais novas, e analisar a composição da frequência das antecipações recebidas pelos filhos varões e genros.

Na tabela 4, abaixo, segmentamos as fortunas a partir do critério referente ao tamanho de plantéis de escravos, com a intenção de dar conta da quantificação da *démarche* da estratificação social, bem como nuançá-la no conjunto dos estratos desta sociedade. Esta forma de olhar os dados nos levará a enxergar possíveis mudanças na composição da hierarquia social. Paralelamente, transformamos os valores dos patrimônios brutos dos espólios em libras esterlinas e os associamos às faixas de tamanhos de plantéis. Esta opção de trabalharmos com uma moeda estável se deveu ao fato de que estamos atentos à alta de preços que ocorreu na primeira metade do século XIX, uma vez que a análise do grau de concentração da riqueza constitui-se em elemento significativo. Operaremos com a amostra temporal de valores patrimoniais, em seguida, apresentaremos algumas conclusões a respeito do grau da concentração e da distribuição de riqueza das famílias livres e proprietárias, que deixaram inventários no conjunto da população.

Para facilitarmos a leitura da tabela, podemos compará-la à idéia de um bolo, que tenha forma comum, redonda, ou retangular. O bolo inteiro representa as somas parciais que estão apresentadas na

última linha, intitulada "Totais", em moeda estável inglesa (libra esterlina). As linhas intermediárias, entre os cabeçalhos e os totais, representam as fatias imaginárias do mesmo bolo. As colunas A representam a frequência absoluta, isto é, o número de casos que se enquadram nas condições referidas em tamanho de plantéis para os dois períodos. As colunas B, apresentadas com sinal de porcentagem, traduzem, em linguagem estatística, a frequência proporcional de casos. As colunas C descrevem os valores em libra esterlina e aludem à soma de todos os montes-mores dos períodos focalizados. E, finalmente, as D dizem respeito à participação por estrato no conjunto total da riqueza social. Estes índices indicam matizes do grau de concentração, da distribuição da riqueza, bem como definem contornos da complexificação da estrutura social.

Tabela 4. Faixas de tamanhos de plantéis e participação das fortunas de famílias na riqueza social, 1795-1850

Tamanhos de plantéis	1ª geração				2ª geração			
	F (A)	F (%) (B)	Valores em libras esterlinas (C)	% na riqueza social (D)	F (A)	F (%) (B)	Valores em libras esterlinas (C)	% na riqueza social (D)
>= 40	2	10,5	3.653,0	38,3	6	9,7	57.441,2	62,3
20 - 39	2	10,5	3.067,1	32,2	4	6,4	10.449,5	11,3
10 - 19	0	0	0	0	9	14,5	11.179,5	12,1
1 - 9	10	52,6	2.349,7	24,6	27	43,5	10.647,5	11,5
0	2	26,3	465,4	4,9	16	25,8	2.492,2	2,7
Totais	19	100	9.535,2	100	62	100	92.209,9	100

Fontes: Inventários *post-mortem*. A moeda brasileira foi deflacionada para a libra esterlina inglesa.

Legenda: F = frequência absoluta de inventários. F (%) — frequência relativa dos inventários. Os valores em libras correspondem aos montes-mores. A = quantidade de famílias pertencentes àquele estrato social, correspondente aos tamanhos de plantéis. B = quantidade percentual de famílias (%). C = somatório das fortunas pertencentes àquele estrato. D = quantidade percentual das fortunas pertencentes àquele estrato. A 1ª geração corresponde ao período que vai de 1795-1820, e a 2ª, de 1825-1850.

Para percebermos possíveis mudanças, impõe-se uma estratégia de periodização e, deste modo, selecionamos para cada período um intervalo de 25 anos, ordenado da seguinte forma: chamamos de primeira geração as famílias que deixaram espólios entre 1795 e 1820, e de segunda, as que o fizeram entre os anos de 1825-1850.

A divisão por faixas de tamanhos de plantéis seguiu parâmetros que nortearam o tema posse de escravos, abordado pela historiografia.

Alguns estudos têm destacado o problema da existência de grandes e pequenos plantéis em relação às pesquisas que, no passado, não procuravam enfatizar a diversidade da posse de escravos e suas consequências para a história do Brasil. As diferenças regionais têm levado vários autores a justificar a variabilidade do tamanho dos grandes, médios e pequenos, a partir das estruturas econômicas regionais⁶.

Campinas, neste período focalizado, apresentou grandes, médios e pequenos plantéis. Consideramos grandes plantéis os que possuíam 40 ou mais escravos. Esta perspectiva segue uma tradição nesta linha de estudos: os pequenos estão na faixa entre 1 e 9, e os proprietários médios, entre 10 e 39.

Dividimos em quatro as faixas de proprietários de escravos e acrescentamos mais uma, representando os não-proprietários.

Vamos ao exame da tabela e à apresentação dos resultados.

A primeira geração das famílias detentoras de fortunas nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX dividiam-se basicamente em grandes, médias e pequenas fortunas, como pudemos observar para os finais do século XVIII e começo de século XIX, na tabela 4. O critério estabelecido para a coleta da amostragem não captou nenhum núcleo doméstico que possuísse 10 a 19 cativos durante a 1ª geração. Certamente tais domicílios devem ter existido enquanto realidade empírica, não obstante o procedimento de coleta não tenha conseguido captá-los.

Este quadro traduz, em linhas gerais, uma sociedade cuja hierarquia se apresentava pouco diversificada, que não produzia generosamente grupos intermediários de fortuna, tal como acontecerá na geração seguinte. Contudo, esta afirmação fica relativizada ao considerarmos a faixa de 20 a 39 como um grupo pertencente aos medianamente afortunados, presentes nesta região.

Sem embargo da presença de traços estruturais terem permanecido em pleno vigor, ao contrastarmos a segunda geração com a primeira, percebe-se que aquela produziu maior quantidade de grupos médios de fortunas do que esta. Uma proporção de 10,5 a cada 100 unidades domésticas de porte médio esteve presente na primeira geração, en-

⁶ Cf. os diversos estudos sobre regiões. Para São Paulo, MARCÍLIO (1974); MOTTA (1991, 1990); COSTA e NOZOE (1989); LUNA e COSTA (1983); LUNA (1986, 1995). Para Minas, LUNA (1986). Para o Paraná, GUTIÉRREZ (1985). Para a região do recôncavo baiano, SCHWARTZ (1988). Para a região do agreste paraibano, veja a dissertação COSTA (1992). Para várias regiões do Brasil, veja, COSTA (1992).

quanto na segunda esta cifra dobrou para 20,9 (6,4 + 14,5), muito embora a participação deste grupo na riqueza global desta região tenha caído de 32,2% para 23,4%. Os grupos médios da sociedade campineira tiveram a sua participação diminuída no bolo da riqueza social, mas, por outro lado, tiveram a sua participação proporcional acrescida, em termos de unidades domésticas, como também a estrutura social se tornou mais nuançada.

Do ponto de vista da concentração de riqueza, apesar da maior participação demográfica de grupos médios na região, este comportamento não traduziu maior participação dos setores médios no bolo da riqueza, pois os maiores proprietários (os que tinham mais de 40 escravos) representaram quase uma décima parte da população e concentraram quase dois terços (62,3%) das fortunas na segunda geração, enquanto semelhante proporcionalidade deste estrato na primeira geração deteve um pouco mais do que um terço (38,3%) da riqueza social. Este movimento expressa que, apesar da pequena diminuição da quantidade proporcional dos grandes proprietários, houve um enriquecimento dobrado neste grupo específico. Tal enriquecimento expressa a maior presença de *plantations*, por um lado, e, por outro, um crescimento concentrado de plantéis de cativos.

É notável que, em relação aos donos de pequenos plantéis, houve um decréscimo de 52,6 para 43,5 em cada 100 unidades domésticas de pequeno porte, bem como abocanharam uma fatia bem menor da riqueza social que a geração anterior, caindo de 24,6% para 11,5%.

Os não-proprietários de escravos permaneceram, do ponto de vista demográfico, proporcionalmente estáveis — 26,3% e 25,8% — porém abocanharam uma fatia ainda menor da riqueza social, caindo de 4,9% para 2,7% entre os dois períodos⁷.

Podemos concluir que os grupos donos de pequenos e médios plantéis, assim como o não-proprietário de escravos, tiveram uma participação menor no bolo da riqueza social, enquanto os grandes (donos de 40 ou mais cativos) abocanharam uma maior fatia proporcional da riqueza, configurando maior concentração desta.

⁷ É importante lembrar que estamos operando com uma fonte muito peculiar, os inventários *post-mortem*, cuja característica intrínseca fundamental diz respeito à posse de riqueza. Se imaginarmos que em torno de metade dos indivíduos naquela sociedade, no ano de 1829, se constituía de escravos, e que, praticamente, não detinham pecúlio algum, assim como outra parte significativa da população era livre e pobre, teremos a idéia do quanto a riqueza gerada estava concentrada.

Que efeitos esta mudança na estrutura social teria em relação às políticas de transmissão da riqueza patrimonial e à eleição de seus sucessores? As análises agregadas fornecerão uma pista para uma visão de conjunto do comportamento da sociedade local. Mais adiante, procederemos à quantificação e à análise de atitudes e comportamentos por grupos geracionais, onde verificaremos o significado destas mudanças.

Na tabela 5, abaixo, quantificamos os valores médios dos patrimônios bruto e líquido e das legítimas pagas aos filhos herdeiros ao longo de duas gerações (55 anos). Para elaborar esta tabela, transformamos em libras esterlinas todos os valores concernentes aos patrimônios bruto e líquido e às legítimas pertencentes aos inventários. Em seguida, calculamos a média simples dos valores em libras inglesas. Por último, examinamos em que medida se deu o crescimento em moeda estável.

Além do crescimento populacional de Campinas neste período, houve também crescimento da riqueza social inventariada por família proprietária e, por extensão, pode-se dizer, *per capita*. Se tivéssemos escrutinado os valores em mil réis, o crescimento das magnitudes nominais poderia escamotear um movimento inflacionário em moeda brasileira, denotando um aparente crescimento. Ao deflacionarmos os valores para a moeda inglesa estável, e trabalhando com valores médios, foi possível perceber o aumento geral da riqueza pertencente àquelas famílias.

Tabela 5. Valores Médios dos Patrimônios Bruto, Líquido e da Legítima entre duas gerações, 1795-50. (Moeda: Libras Esterlinas)

Itens	Patrimônio Bruto (Média)		Patrimônio Líquido (Média)		Legítima (Média)	
	1ª Geração	2ª Geração	1ª Geração	2ª Geração	1ª Geração	2ª Geração
Anos						
Libras Esterlinas	501,8	1.487,2	299,4	1.197,4	67,2	133,4
Crescimento	quase 3 vezes		quase 4 vezes		quase 2 vezes	

Fontes: Inventários *post-mortem*.

Metodologia: A moeda brasileira foi deflacionada para a libra esterlina inglesa. A 1ª geração vai de 1795 a 1820. A 2ª vai de 1825 a 1850.

Os valores referentes às médias do patrimônio bruto cresceram quase três vezes no espaço de duas gerações, enquanto as médias do patrimônio líquido cresceram cerca de quase quatro vezes, e as legítimas, duas. Destes números podemos concluir que a riqueza líquida

social, isto é, deduzidas todas as dívidas concernentes às trocas mercantis e às dívidas em geral, cresceu mais do que a bruta, e a população proprietária ficou mais rica, tornando os filhos e as filhas herdeiras destas fortunas mais aptos a começarem a formação de novas famílias e de novas unidades agrárias. É possível que este crescimento das legítimas pagas possa ter influenciado positivamente o surgimento de uma mentalidade otimista, encorajada e predisposta à constituição de novos núcleos domésticos nas chamadas áreas pioneiras (de fronteira). Os grupos sociais do Nordeste açucareiro, que experimentaram um forte e rápido declínio de suas rendas, certamente não enfrentaram com o mesmo otimismo a formação de novas famílias. Esta última situação deve ter propiciado o surgimento de grupos de fortunas médias decadentes, imbuídos de uma mentalidade marcada por um sentimento pessimista e fatalista nos estratos da elite. Do ponto de vista da organização dos domicílios, aquelas famílias de áreas de fronteira inclinavam-se aos arranjos de modelo nuclear, solitário e extenso, do tipo ascendente, quando havia a presença do pai ou da mãe do casal titular do domicílio (COSTA, 1999). A propensão à formação de famílias extensas e múltiplas deve ter sido maior no Nordeste açucareiro, sem a vantagem comparativa da fronteira aberta⁸. Este quadro decadente e desencorajador talvez explique — em parte — por que não ocorreu emigração de famílias do Nordeste com seus escravos para a região de terras virgens, no centro-sul do Brasil, como fizeram algumas famílias que conquistaram regiões de fronteira da América do Norte⁹. Nossa hipótese é de que as estratégias de herança e partilha nos grupos de riqueza declinante devem ter-se diferenciado das dos grupos que estavam em processo de enriquecimento.

Em seguida, discorreremos sobre como as famílias desenvolviam suas estratégias de transmissão de herança. Para tanto, descreveremos

⁸ Apesar de o trabalho de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1975), ser encarado por estudiosos recentes da família como uma visão ideológica e arquetípica, deve-se entender que a formação de famílias de elite do Nordeste açucareiro tinha problemas diversos daquelas de áreas de fronteira. Fatores como a alta pressão de recursos fundiários e a queda das rendas auferidas podem, em certa medida, ter favorecido a formação de famílias complexas. Contudo, faz-se necessário mais pesquisa de base empírica sólida para o exame de tais hipóteses. Para um balanço da historiografia sobre família, veja SAMARA (1987; 1988-89); ALMEIDA (1987); CORREA (1994). Para a problematização das noções de família e patriarcalismo, veja SAMARA & COSTA (1996). Para uma análise sobre arranjos de família, veja COSTA (1999).

⁹ Veja a discussão sobre tráfico de escravos em FOGEL & ENGERMAN (1974).

como os processos de inventários *post-mortem* eram organizados para que o leitor possa entender os conceitos daquela época, presentes na documentação.

Com a morte de um dos pais, após a nomeação e a qualificação dos filhos herdeiros, são listados todos os bens do casal. Em seguida, em geral, mas nem sempre nesta ordem, vêm as dívidas ativas e as passivas. O inventariante passa a declarar nesta fase os dotes para colação e os adiantamentos de legítimas¹⁰, que se constituíram em posse antecipada dos bens. Numa quarta etapa, o orçamento sintetizava a riqueza do casal em itens nos quais há uma descrição do bem, seguida de seu valor em mil réis. O monte-mor representava o valor final de todos os elementos ativos e passivos; no monte-menor, a parte líquida, debitados o custo processual, as dívidas passivas, os gastos com medicamentos, cirurgia, funeral, missas, esmolas e vintenas. Do monte-menor ou partível era subtraída a meação, pertencente ao cônjuge sobrevivente e, em seguida, a parte dos herdeiros descendentes. Da parte pertencente aos herdeiros subtraía-se o que correspondia à terça, que nunca saía da meação, deixando o cônjuge sobrevivente em posição fortalecida¹¹. Os dois terços restantes eram fracionados entre os herdeiros, dos quais resultavam, na figura legal, típica do direito romano — as legítimas — que correspondiam ao quinhão herdado por cada herdeiro. Quando não havia cônjuge vivo, a terça era amiúde dividida igualmente entre os filhos, ou destinada a alguns netos, sobrinhos, afilhados ou obras de caridade. Do ponto de vista da letra da lei, ou seja, dos dispositivos legais, os herdeiros receberiam partes iguais, salvo quando se dava o recebimento da terça e o herdeiro favorecido a somava à sua legítima. Contudo, como veremos mais adiante, as práticas sociais resultaram, muitas vezes, em transmissões diferenciadas de bens familiares entre os herdeiros.

A figura legal da terça constituía a fração correspondente ao limite

¹⁰ Cf. MALUF (1995) que, trabalhando com depoimentos orais e cartas de famílias, reconstitui em parte a saga das mulheres que acompanharam seus maridos em direção da fronteira, no sentido de abrir novas fazendas. A autora comenta a respeito dos "adiantamentos de legítimas". Veja especialmente a parte III, intitulada "A Roda da Fortuna".

¹¹ Cf. como se dá o mecanismo de subtração da terça parte, Inventário de Antonio de Godoi Lima, 1845, caixa 108, processo 2.530; Inventário de Anna Francisca Cardozo de Andrade, 1845, caixa 109, processo 2.542. Veja também o Livro Quarto, título LXV, das *Ordenações Filipinas*, p. 868.

máximo possível, através do qual o defunto, ainda em vida, podia exercitar a doação de forma diferenciada, em testamento (METCALF, 1986: 471-2). Ela se constituía em um dos mecanismos legais de que as gerações veteranas podiam lançar mão para praticar estratégias que escapavam à tendência igualitária do direito romano, base do português. A partir dela é possível medir a predisposição de comportamentos em relação à diferenciação de estratégias e da eleição de sucessores, que iriam controlar parte da riqueza nas famílias.

As proporções nominais das legítimas, recebidas pelos herdeiros, não variavam, e sim a sua composição interna. Alguns filhos recebiam mais escravos do que outros, ou, ainda, mais dinheiro, ou mesmo terras, e tal diferença era compensada pela presença de outros tipos de bens, como animais, jóias, ferramentas, dinheiro, etc, ou ainda por promessas de pagamento futuro.

Outro mecanismo que aparece neste tipo de documentação são os 'empréstimos', que representavam a posse efetiva de bens, de forma antecipada¹². Estas formas de acesso permitiam aos herdeiros usufruírem de parte de seus bens, ainda num período anterior à fase de início do inventário e, ao que tudo indica, mesmo num período anterior à morte de um dos pais¹³.

Denominamos de antecipações às práticas que envolviam as formas representadas como adiantamentos de legítimas (as posses efetivas e os 'empréstimos'), uma vez que, em muitos inventários, aparecem grandes quantias de dinheiro que estavam na posse dos herdeiros e não havia nenhuma menção explícita no documento que a elas se referisse como forma de adiantamento de legítima, ou, ainda, como ocorria na tradição legal, os casos das colações, fazendo referência ao meio-dote.

A tabela 6, a seguir, tem o objetivo de demonstrar que, conforme nossa assertiva anterior, num contexto de crescimento da riqueza social dos grupos mais afortunados, a tendência apresentada no conjunto geral da documentação foi o aumento da prática social de estratégias diferenciadas de transmissão de riqueza.

¹² Utilizamos o vocábulo "empréstimo" uma vez que o mesmo era assim percebido pelos agentes coevos na documentação consultada, muito embora esteja incorreto do ponto de vista jurídico atual, pois, a rigor, não se tratava de empréstimo e sim de antecipação de parte da fortuna.

¹³ Veja, por exemplo, o inventário de D. Paula Joaquina de Andrade, caixa 51, processo 1.322, ano 1830.

Veremos na tabela 6 que aumentou a proporção relativa das terças e das antecipações transmitidas às novas gerações, de um período a outro, quando medimos suas respectivas proporções percentuais.

É necessário destacar que o escrutínio relativo à prática das antecipações se deu por inventário, isto é, foi observado se em cada inventário havia ou não a menção de tal prática, que foi contabilizada apenas uma vez, e não várias vezes, mesmo quando havia a ocorrência de muitas antecipações a diversos herdeiros no mesmo documento.

Tabela 6. Frequência das ocorrências de atitudes que diferenciavam a transmissão de bens em relação aos herdeiros entre duas gerações, 1795-1850

Gerações	Terças			Antecipações		
	(N)	Inventários existentes	(%)	(N)	Inventários existentes	(%)
1ª	2	19	10,5	7	19	36,8
2ª	13	62	21	32	62	51,6

Fontes: inventários *post-mortem*.

Metodologia: A 1ª geração corresponde ao período 1795-1820, a 2ª, ao período 1825-1850.

Legenda: (N) diz respeito à quantidade de inventários da amostra selecionada que apresentou atitudes diferenciadoras. Inventários existentes são todos os que existem para aqueles anos referidos. (%) representa a proporcionalidade relativa dos inventários que apresentaram estratégias que diferenciavam herdeiros.

Com esta metodologia, percebemos que a predisposição de diferenciar herdeiros foi claramente observada entre a primeira e a segunda geração, pois a frequência para dispor da terça pulou de 10,5 para 21, e a de distribuir a riqueza através de antecipações pulou de 36,8 para 51,6 em cada 100 inventários. Estas atitudes significaram que uma proporção cada vez maior de famílias passou a dispor mais das terças e de parte das fortunas de forma antecipada, muito embora a tradição dotal se encontrasse em declínio (NAZZARI, 1991). Estes dados nos revelam que uma proporção cada vez maior de "empréstimos" em dinheiro aos herdeiros se estava realizando. Esta transferência de riqueza deveu-se à ampliação da estrutura produtiva da economia agroexportadora, que agia de forma simultânea a tais processos sociais. O incremento da comercialização de bens agrícolas gerou um aumento da massa monetária circulante, disponível para algumas famílias plantadoras de cana-de-açúcar¹⁴.

¹⁴ A ampliação do grau de comercialização é identificada através do aumento da pre-

Observamos, através destas relações proporcionais, que uma parcela da sociedade optou cada vez mais por exercitar a estratégia de praticar a sucessão diferenciada do que por partilhar igualmente os patrimônios, se a analisamos do ponto de vista da frequência de atitudes registradas na documentação compulsada. De igual modo, é plausível pensar em termos de redistribuição de parte da riqueza social em direção às gerações mais jovens. Segue daí que, ao observarmos que parte da riqueza metamorfoseada em ativos móveis, se, por um lado, pode ter favorecido a realização de maior rapidez na circulação desta, por outro, pode ter proporcionado um aumento no grau de redistribuição da mesma entre diferentes grupos etários do mesmo segmento social. Vale aqui ressaltar que apenas parte da riqueza familiar passava integralmente ao controle dos filhos e das filhas mais velhos, e que a outra parte ficava, na maioria das vezes, sob controle do cônjuge sobrevivente, quando havia ainda filhos menores¹⁵.

Na tabela 7 analisaremos as participações de itens das fortunas tais como patrimônios bruto, líquido, terças e antecipações no bolo total da riqueza social escrutinada, segmentando tendências de comportamento coletivo entre duas gerações, num contexto de expansão demográfica e econômica.

Tabela 7. Divisão proporcional da riqueza por itens nos inventários, 1795-50 (Moeda: libra esterlina)

Gerações	Patrimônio Bruto	Patrimônio Líquido	Terças	Antecipações
1ª (em moeda inglesa)	9.235,49	5.689,18	192,71	394,71
1ª (%)	100%	62%	2,1%	4,3%
2ª (em moeda inglesa)	72.715,50	57.878,55	5.598,67	2.619,23
2ª (%)	100%	79,5%	7,7%	3,6%

Fontes: Inventários *post-mortem*.

Metodologia: Os valores referentes ao patrimônio bruto, ao líquido, às terças e às antecipações foram todos deflacionados para a moeda inglesa libra esterlina.

Legenda: A 1ª geração corresponde ao período 1795-1820, e a 2ª, a 1825-50.

sença de grandes plantéis de escravos de uma geração a outra. Veja a tabela 3 neste artigo. Para maiores detalhes sobre a evolução da posse de escravos em Campinas, veja EISENBERG (1989: 317-389).

Cf. a discussão a respeito do ciclo de vida do indivíduo e da família em relação à questão da transmissão de bens na elite escravista e nos lavradores donos de pequenos plantéis; veja COSTA (1997a: 127-212)

Queremos chamar a atenção do leitor para o conceito de patrimônio líquido social, com o objetivo de analisar atitudes coletivas.

A soma de todos os patrimônios líquidos desta sociedade representava parte do patrimônio bruto, deduzido todo o passivo social, isto é, o que a sociedade representava como dívidas a pagar. A riqueza líquida agregada, descontadas as dívidas, aumentou de 62% para 79,5% em relação à riqueza bruta do período. As somas das terças com as antecipações mostram que houve um incremento de 6,4% (2,1 + 4,3) para 11,3% (7,7 + 3,6) da proporção do patrimônio familiar que estava sob controle direto da geração sucessora. Este resultado indica que uma maior proporção da riqueza social estava sob o controle das novas gerações. Estes resultados corroboram as tendências das tabelas 5 e 6.

A frequência de moças que receberam dotes por ocasião de seus casamentos era alta na elite paulistana, especialmente no século XVII. Os rapazes também recebiam dotes, mas numa frequência e numa proporção bem menor (METCALF, 1986). Os dotes podem ser interpretados como antecipações de riqueza, os quais representavam parte da fortuna que passava ao controle da geração mais nova, antes mesmo do falecimento de um dos cônjuges. Por ocasião da abertura dos inventários, a metade dos valores dos dotes retornava à colação de seu quinhão respectivo, para que a partilha fosse realizada através da legítima, ao falecer um dos cônjuges. Se os dois tivessem falecido, o valor total, recebido antecipadamente através do dote, retornaria à colação. Poucas vezes observamos reavaliações dos valores dos bens antecipados em dotes, significando que, numa conjuntura de inflação da moeda, os herdeiros 'dotalizados' por antecipações saíam ganhando, comparativamente aos outros que tivessem sido contemplados com valores nominais idênticos referentes às legítimas, que muitas vezes eram pagas em prazos bem longos, especialmente em situações familiares em que as diferenças etárias eram grandes entre o primogênito e o último filho.

A situação de redistribuição da riqueza familiar tem um significado importante, do ponto de vista da história social e econômica, pois é plausível afirmar que uma parte nada desprezível das fortunas, numa conjuntura de crescimento econômico e diversificação da hierarquia social, era repassada para o controle da geração mais nova. De certa maneira, este mecanismo de antecipações compensou o retardamento da transmissão de bens que o sistema de herança, baseado em legítimas, proporcionava.

Como vimos acima, o quadro sucessorial foi muito mais complexo do que as formas apontadas pelos autores que estudaram este tema. A frequência de ocorrência das antecipações dobrou da primeira para a segunda geração, em Campinas, na primeira metade do século XIX, e um número proporcional maior de famílias estava participando ativamente desta política de redistribuição da riqueza.

Na tabela 8, abaixo, quantificamos as composições das antecipações recebidas tanto pelos genros (através das filhas) quanto pelos filhos varões. Estes aparecem qualificados como herdeiros nos inventários *post-mortem*, e os genros, como co-herdeiros, quando o casal possuía filhas casadas. Com esta metodologia, identificaremos quem recebeu proporcionalmente mais terras, escravos e/ou dinheiro.

Tabela 8. Composição e frequência das ocorrências de antecipações recebidas pelos filhos varões e genros (filhas) nos inventários

Successores	Escravos %	Dinheiro %	Terras %
Filhos varões (N = 98)	97	57	2,8
Genros (N = 92)	22	46	4,8

Fontes: Inventários *post-mortem*

Metodologia: Escrutinamos 98 ocorrências (N), destinadas aos filhos varões, e 92 aos genros.

Noventa e sete por cento (97%) das ocorrências de antecipações compostas por escravos eram destinadas aos filhos varões, enquanto apenas 22% destas eram destinadas às filhas, através dos genros. Este índice não parece surpreendente, pois, nos casamentos preferenciais, realizados na elite, os filhos varões que se constituíam em futuros genros saíam de casa com grandes dotes em escravos. Isto significa que, na condição de genros, recebiam menos escravos do que na de filhos, ou seja, parte da riqueza móvel destinava-se em maior proporção aos filhos empreendedores, que iriam conquistar as fronteiras virgens e abrir novas fazendas (BACELLAR, 1997). A outra parte da riqueza, a imóvel, representando as terras, era em maior proporção destinada às filhas, cuja fortuna era controlada pelo genro, uma vez que se tratava de uma sociedade patriarcal (METCALF, 1986).

Quando a composição da herança era havida em dinheiro, 57% das ocorrências se destinaram aos homens na condição de filhos varões, enquanto 46% delas eram destinadas aos que ocupavam a condição de genros. Isto significa que, quando parte da riqueza era constituída por ativos monetários, a geração veterana procurava dividir de forma mais igualitária o patrimônio.

Quando a antecipação era composta por terras, os homens, na condição de genros, receberam quase o dobro (4,8%) em relação aos que estavam na condição de filho varão (2,8%). Estes resultados, relativos às composições das antecipações havidas em terras, escravos e dinheiro, configuram uma situação na qual, enquanto filhos, os homens eram mais favorecidos em escravos e dinheiro (riqueza móvel) no processo de transmissão de bens do que quando alçavam a posição de genros, uma vez que, nesta última condição, recebiam uma proporção dobrada de riqueza imobilizada (terras).

Na Capitania de Paraíba do Sul, FARIA (1994) encontrou que a composição dos dotes era constituída, em primeiro lugar, por terras, depois, por escravos, e, por último, por bens pessoais. Esta situação traduz uma posição diferenciada em relação à de Campinas, do ponto de vista econômico. A pouca freqüência da transferência de ativos monetários aos herdeiros expressa menor grau de mercantilização.

Observamos que maior proporção das ocorrências estava vinculada aos ativos móveis e se relacionava à prole masculina, que empreenderia a expansão do fundo parental, através do qual circulava o capital material e simbólico da família. A outra parte das ocorrências efetivadas estava vinculada à prole feminina, via genros, na qual estava presente maior proporção relativa de terras e menor proporção relativa de ativos móveis. Portanto, havia uma tendência de que a face dinâmica e móvel da política de sucessão destas famílias fosse dirigida em maior proporção aos filhos varões do que aos genros, que ficavam com as unidades produtivas localizadas na região de povoamento mais antigo.

Mais pesquisas de base empírica são necessárias para termos um quadro mais completo de possíveis variáveis socioeconômicas e culturais que influenciaram a composição das antecipações e dos dotes no momento de transmissão de bens.

O papel do ciclo de desenvolvimento da família e do indivíduo nas antecipações de herança

Agora, veremos como o desenvolvimento do ciclo de vida familiar e o do ciclo de vida do indivíduo-membro do grupo familiar influenciaram a transferência antecipada da riqueza entre as diversas gerações. Para tanto, selecionamos alguns inventários que declararam as antecipações de forma explícita. O objetivo desta seção é demonstrar como se deu a articulação das fases do desenvolvimento da família e do

indivíduo com as estratégias de transmissão de bens e a composição diversificada nas antecipações de herança.

Para BACELLAR (1997: 128), a diferença presente nas composições dos quinhões era definida pela "simples vontade paterna ou poderia depender do *timing*, do momento, dentro da história longitudinal de uma família, em que o dote era concedido".

Apontamos agora para a articulação de fenômenos produzidos pela evolução natural da vida, isto é, da biologia da família e do indivíduo com os fenômenos sociais e econômicos, tais como a dimensão, a composição da fortuna, o tamanho da prole e suas fases emancipatórias. Esta articulação biossocial resultou em estratégias específicas de herança que dependiam de uma complexidade de variáveis.

São as seguintes as etapas pelas quais passavam as famílias proprietárias, quando reorganizavam suas unidades domésticas: a fase pré-parental, quando um chefe de domicílio assumia a condução deste antes do matrimônio, como foi o caso de alguns herdeiros varões do capitão-mor Floriano Camargo Penteado. A fase parental era vivenciada de forma dupla, isto é, através da titularidade dos dois cônjuges à frente do domicílio. A fase monoparental constituía-se naquela em que um dos cônjuges já tinha falecido. A última fase era a pós-parental, em que nenhum dos cônjuges formadores da família estava vivo.

Do ponto de vista do desenvolvimento do ciclo de vida do indivíduo, temos os momentos de emancipação ou não, que poderiam acontecer com a mudança do estado marital, com a anuência paterna e/ou do juiz de paz da comarca, como também dependia da condição sexual do membro do grupo familiar.

No inventário de dona Paula Joaquina de Andrade, esposa do capitão-mor Floriano Camargo Penteado, em "declarações do inventariante", o herdeiro Francisco José de Camargo e Andrade, 31 anos, recebeu uma antecipação em dinheiro correspondente a um conto de réis. O co-herdeiro Jozé de Campos recebeu um conto e oitocentos mil réis, cuja composição era formada por quatro escravos e seiscentos mil réis em dinheiro. Eleziário de Camargo e Andrade, 36 anos, recebeu uma antecipação de um conto e seiscentos mil réis, composta de quatro escravos. Antonio Francisco recebeu quatro escravos no valor de um conto, quatrocentos e cinqüenta mil réis. José, 30 anos, recebeu também quatro escravos, porém num valor menor, de um conto e cinqüenta mil réis. Álvaro, 29 anos, recebeu dois escravos no valor de setecentos e cinqüenta mil réis, e Francisco, oitocentos mil réis. O inventariante declarou, na ocasião, que estes

bens já estavam em poder dos filhos herdeiros. A proporção total antecipada foi de 3.289.245 réis em relação a 139.671.391 réis, algo em torno de 2,3% do total do patrimônio líquido dos bens da família¹⁶.

No inventário de Anna Francisca Cardozo de Andrade, aparecem várias vezes antecipações a herdeiros, filhos e netos, sob forma de dinheiro emprestado, que retornava à partilha para colação, sob as formas "dinheiro que deve à herança", ou "dinheiro que tomou emprestado". A proporção antecipada chegou a 2.815.550 réis de um montante de 32.967.120 réis, que veio a representar 8,5% do total do patrimônio líquido dos bens da família¹⁷.

No inventário de Anna Joaquina de Souza, a proporção de antecipações efetuadas aos herdeiros e co-herdeiros chegou a 3.271.732 réis para um patrimônio líquido avaliado em 4.805.475 réis, representando uma antecipação de 68% do total dos bens da família¹⁸.

As disparidades entre as grandezas referentes às antecipações dos bens entre o primeiro, o segundo e o terceiro casos podem ser entendidas, em parte, pela fase através da qual estava passando o ciclo familiar, pelo número de herdeiros sucessores e pelo montante da fortuna da respectiva família. No último caso, a fase pós-parental, associada a um montante não muito alto, possibilitou que duas terças partes da fortuna já estivessem sob o controle direto dos herdeiros, pois o casal já tinha falecido e um filho administrava os bens da família. No primeiro caso, muito embora o montante do valor da fortuna patrimonial fosse alto, a fase monoparental possibilitou a antecipação de menor proporção dos bens, uma vez que a metade deles ficara na posse do cônjuge sobrevivente.

O segundo caso parece ser um bom exemplo para contraponto entre o primeiro e o terceiro. Apesar do ciclo de desenvolvimento familiar vivenciar a fase pós-parental, o valor alto do patrimônio, em torno dos 33 contos de réis e um plantel de 38 escravos, possibilitou que a parte antecipada representasse a pequena parcela de 8% do total.

Os tamanhos e as proporções das antecipações têm relação direta com a abertura do inventário numa determinada fase do ciclo de

¹⁶ Inventário de D. Paulo Joaquina de Andrade, ano 1830, caixa 51, processo 1.322.

¹⁷ Inventário de Anna Francisca Cardozo de Andrade, ano 1845, caixa 109, processo 2.542.

¹⁸ Inventário de Anna Joaquina de Souza, ano 1850, caixa 124, processo 2.806.

desenvolvimento da família e da fase individual de cada membro da prole, isto é, estamos apontando para a interseção entre a fase familiar e as variáveis relativas aos seus membros, seja a idade, o sexo e o estado marital da prole, que se constituem em aspectos importantes para análise. Devem ser levados em consideração o nível da fortuna e o tamanho da prole, em estado de emancipação ou não. Estes fenômenos têm um papel fundamental no sentido de romper com as interpretações historiográficas baseadas na letra da lei (FARIA, 1994: 194-207; FARIA, 1998:257; KUZNESOF, 1988-89: 56), como se os dispositivos legais tivessem correspondências com as práticas sociais e vice-versa.

Nas faixas de fortunas modestas, as antecipações eram compostas por um bom cavalo, ou um escravo, ou ainda os dois juntos, uma vez que andar a cavalo (não a pé) e não labutar eram símbolos de poder e diferenciação, numa sociedade que vivia a plenitude da escravidão. A possibilidade de adquirir terras livres e incultas, através de diversos mecanismos, tais como posse, sesmaria, compra ou herança, influenciou diretamente a condução do partilhamento e das antecipações de herança. Assim, os filhos de famílias poderosas, detentoras de grandes propriedades de terras, adquiriam sesmarias ou simplesmente tomavam posse de terras na fronteira virgem, com a ajuda de parte do patrimônio de seus pais, como, por exemplo, o apoio de um bom plantei de escravos. E, por ocasião do falecimento de um deles, parte do valor desta posse antecipada retornava ascendente-mente ao fundo parental comum para colação, e a outra parte entrava no valor do quinhão correspondente daquele filho, desbravador das novas terras. Desta maneira, as antecipações, além de terem o papel de redistribuir parte da riqueza entre diferentes gerações, também possibilitaram a expansão do fundo parental comum da família de origem, além de dar acesso de forma antecipada aos bens da herança.

Considerações Finais

Neste artigo, demonstramos que a estrutura social e econômica de Campinas, entre os anos 1795 e 1850, se tornou mais complexa e que a riqueza social ficou mais concentrada, quando comparamos as duas gerações focalizadas. As riquezas bruta e líquida, assim como as legítimas, tiveram um incremento substancial, quando as medimos em moeda estável (libra esterlina). O resultado deste enriquecimento promoveu um aumento da frequência proporcional das antecipações

e, ao analisarmos a sua composição, os filhos varões receberam maior proporção de escravos e dinheiro do que quando assumiam a condição de genros. Nesta última condição, receberam maior proporção de terras do que bens móveis (escravos e dinheiro).

O crescimento da agricultura comercial, indicado pelo incremento da presença dos grandes plantéis e do aumento da concentração de riqueza, possibilitou a complexificação da estrutura social e econômica. Além disto, a formação de famílias proprietárias em áreas próximas à fronteira virgem foi beneficiada pela prática das antecipações de herança, resultado do aumento proporcional da riqueza em ativos móveis.

Concluindo:

1) houve enriquecimento e concentração da riqueza no grupo dos grandes proprietários agrícolas;

2) tal enriquecimento possibilitou o incremento proporcional de transferências de riqueza entre as gerações;

3) as antecipações de herança tiveram um papel importante na articulação do ciclo de desenvolvimento familiar com o ciclo de vida dos indivíduos-membros das famílias, no momento de enriquecimento, e da presença da fronteira aberta a oeste. Estes fatores exerceram um papel fundamental no sentido de possibilitar às famílias o rompimento da camisa de força que a legislação preconizava.

Tais práticas sociais têm um papel importante do ponto de vista da constituição e da reprodução econômica e social dos grupos. Com tais resultados, abre-se um novo enfoque sobre os estudos relativos ao tempo diferenciado de constituição de famílias. Colocam-se novos elementos para o estudo da reprodução dos sistemas agrários e do crescimento econômico geral da região. Finalmente, pode-se pensar em estudos relativos à constituição das primeiras gerações que formaram as burguesias agrárias regionais no Brasil.

É importante que tais perspectivas de pesquisas sejam disseminadas em futuras investigações, em razão das análises monolíticas e anacrônicas presentes em estudos nos quais não se examina a constituição de classes através de práticas internas à formação de famílias e da presença da diversidade e da complexidade de variáveis naturais, sociais e econômicas, constituintes da construção social de classes.

Fontes Manuscritas

Arquivo do Centro de Memória, Unicamp. Acervo dos 1º e 2º Cartórios de Campinas
• *Inventários Post-Mortem de Campinas*, São Paulo

Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. Acervo Peter Eisenberg

- *Listas de Habitantes - Campinas* (microfilmada).
- *Mapas de Óbitos — Paróquia de Campinas* (microfilmada)

Fontes Publicadas

- ALMEIDA, Cândido Mendes de (Comp.) *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Caluste Gulbenkian, 1985, edição fac-similada de 1870.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. *São Paulo do Passado. Dados Demográficos - 1854*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998, CD-ROM.
- SILVA LEME, Luis Gonzaga. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, 1904-7, v. 1-9.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a Família no Brasil, ALMEIDA, CARNEIRO e PAULA (Org.). *Pensando a Família no Brasil. Da Colônia a Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987, pp. 53-66.
- AMARALLAPA, José Roberto do. *Os cantos e os antros. A cidade de Campinas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BACELLAR, Carlos A. P. Família, Herança e Poder em São Paulo, 1765-1855. *Estudos CEDHAL 7*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1991.
- *Os Senhores da Terra*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu: ABEP, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Les strategies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales E. S. C.V.* 27, n° 4-5, 1972, pp. 1105-1127.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, 2ª edição.
- CORREIA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal no Brasil. *Colcha de Retalhos*. Campinas: EdUnicamp, 1994, 3ª ed., pp. 15-42 [a 1ª edição é de 1981].
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992. Dissertação de mestrado.
- *Herança e Ciclo de Vida: Um Estudo sobre Família e População em Campinas, 1795-1850*. Niterói: ICHF/UFF, 1997a. Tese de doutoramento.
- A Formação da Liderança de Família na Fronteira e as Estratégias de Herança nos Estratos Superiores da Elite Campineira: Primeira Metade do Século XIX. *Comunicação apresentada no IV Brazilian Studies Association Congress*. Washington D.C./USA: BRASA, 1997b.
- Arranjos Domésticos e Formação das *Plantations*: Campinas, São Paulo, 1798-1829. *População e Família*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1999, pp. 129-155.

- _____. As mulheres Chefes de Domicílios e a Formação de Famílias Monoparentais — Campinas: São Paulo, 1829, *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: ABEP, 2000, pp. 47-66.
- COSTA, Iraci Del Nero. *Ciclo de Vida e Posse de Escravos: Algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais*, São Paulo: NEHD/FEA/USP, mimeo, 1997.
- _____. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos, *História: Questões e Debates*. 1983, 4 (16): 121-127.
- _____. *Arraia Miúda*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.
- COSTA, Iraci Del Nero da & NOZOE, Nelson. Elementos de Estrutura de Posse de Escravos em Lorena, no Alvorecer do século XIX, *Estudos Econômicos*. V. 19, n° 2, mai.-ago. 1989, pp. 319-345.
- DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, pp. 61-2.
- EISENBERG, Peter. Açúcar e Mudança Social no Brasil: Campinas, São Paulo, 1767-1830. *Homens Esquecidos*, Campinas: Edunicamp, 1989.
- _____. O Surto do Açúcar e o Tamanho do Fogo, Campinas, S. Paulo: 1767-1829, *Homens Esquecidos*. Campinas: Edunicamp, 1989.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, século XVIII)*. Niterói: IFCH/UFF, 1994.
- _____. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, século XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FOGEL, R. & ENGERMAN, S. *Time on the Cross*. Boston/Toronto: Little/Brown, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, 17ª. edição.
- GOODY, Jack; THIRSK, Joan & THOMPSON, Edward P. (Eds.). *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- GUTIERREZ, Horácio. *Posse de Escravos no Paraná nas primeiras décadas do século XIX*, Comunicação apresentada no XVIII Simpósio Nacional de História. Curitiba: ANPUH, 1985.
- KUZNESOF, Elizabeth. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*. V. 9, n° 17, set.88/fev.89, p. 56.
- LANDRY, Yves & LÉGARE, Jacques. The life course of seventeenth-century immigrants to Canada. *Journal of Family History*. V. 12, n° 1-3, 1987, pp.201-212.
- LUNA, Francisco Vidal. Areias: Posse de Escravos e Atividades Econômicas. *Cadernos N.E.H.D.* São Paulo: FEA/USP, 1995.
- _____. Estrutura de Posse de Escravos em Minas Gerais (1804). COSTA (Org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: FIPE, 1986.
- _____. *Posse de Escravos em Sorocaba (1778-1836)*. S. Paulo: IPE-USP, 1986, mimeo.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. *Estudos Econômicos*. V. 13, n° 1, jan.-abr. 1983, pp. 211-221.

- MAGALHÃES, Basílio. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo: Nacional, 1935.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCÍLIO, Maria Lúfza. *Caiçara: Terra e População*. São Paulo: CEDHAL/Paulinas, 1986.
- _____. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836*. Tese de Livre Docência, FFLCH, USP, 1974, pp. 188-9.
- _____. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2000.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia: Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- METCALF, Alida C. Fathers and Sons: The Politics of Inheritance in a Colonial Brazilian Township. *Hispanic American Historical Review*. V. 66, n° 3, 1986, pp. 455-484.
- METCALF, Alida C. & BRETTELL, Caroline. Family Customs in Portugal and Brazil: Transatlantic parallels. *Continuity and Change*. V. 8, n° 3, 1993, pp. 365-388.
- MOTTA, José Flávio. O Advento da Cafeicultura e a Estrutura da Posse de Escravos (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*. V. 21, n° 3, 1991, pp. 409-434.
- _____. *Corpos Escravos, Vontades Livres. Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava em Núcleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: FEA/USP, 1990.
- NAZZARI, Muriel. *The Disappearance of the Dowry: Women, Families and Social Change in São Paulo, 1600-1900*. Stanford: Stanford California Press, 1991.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Vida Privada e Quotidiano o Brasil*. Lisboa: Estampa, 1996.
- _____. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História em Franca, Século XIX*. Franca: Unesp, 1997.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Tendências Atuais da História da Família no Brasil, Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- _____. *A História da Família no Brasil*. *Revista Brasileira de História*. V. 9, n° 17, set. 1988 - fev.89, pp. 7-35.
- SAMARA, Eni de Mesquita & COSTA, Dora Isabel Paiva da. Family, Patriarchalism, and Social Change in Brazil. *Latin American Research Review*. Albuquerque: USA/ University of New México Press, v. 32, n° 1, 1996, pp. 212-225.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOTT, Ana Sílvia V.A. *Dinâmica da Família Paulista: 1765-1836*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1987.
- SEMEGHINI, Ulysses. *Do Café à Indústria. Campinas, uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil. 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1969.